

Modo de produção da exclusão escolar

A escola inclusiva exclui. Continua a catalogar, a selecionar, a marginalizar e a maltratar alguns alunos. E os que hoje exclui, apesar dos enormes progressos realizados nos últimos 50 anos, sofrem essa exclusão de modo mais cruel: são muito menos, o seu acesso à integração social é muito mais difícil numa sociedade muito mais escolarizada e a sua invisibilização torna-se mais fácil.

Eles são, como repetimos, aqueles a quem a escola deu todas as oportunidades e que nada aproveitaram, nem as medidas tão especiais para eles expressamente criadas.

Ao longo dos últimos doze anos, à medida que acolhíamos e educávamos (no Arco Maior: www.arcomaior.pt) centenas de adolescentes em abandono escolar reiterado, perdidos na cidade e “invisíveis” nos seus bairros, deixados “cair” pelas escolas públicas, uma pergunta me surgiu vezes sem conta: o que é que aconteceu a estes cidadãos nas escolas, durante oito ou nove anos?

A ela procurei responder durante dois anos, isolando a variável escola entre os quatro pés sobre os quais se analisa habitualmente o “abandono escolar precoce” (melhor seria, a marginalização escolar): contexto socioeconómico, família, percurso individual e escola. Embrenhei-me na análise de 25 Processos Individuais de Alunos em situação de abandono reiterado e do estudo e das suas conclusões dei conta num artigo sobre “a participação da escola na marginalização e no abandono escolar (2023) e num livro sobre o “modo de produção da exclusão escolar” (2024).

Nesta pesquisa, constatei que existe um conjunto de procedimentos escolares-tipo que, muito esquematicamente, assinalo:

- precocemente, no 1º ciclo, a escola deteta desajustamentos e conflitos e cataloga alguns alunos como “crianças em risco” ou “alunos em risco”, “alunos problemáticos”;
- a escola elabora uma vasta documentação sobre os défices e patologias destas crianças-alunos, com apoio de psicólogos e pedopsiquiatras;
- a escola aciona um conjunto de medidas especiais de “apoio pedagógico”, que são quase sempre ou mais do mesmo (mais aulas de MT e PT) ou menos do mesmo (ex. adequações curriculares);
- a escola elabora cíclica e sucessivamente listagens de incapacidades de cada um destes alunos, que escreve e exhibe nas avaliações trimestrais e/ou finais de cada ano letivo, enchendo páginas e páginas;
- a arquitetura analítica que se vai armando produz um distanciamento entre os educadores e cada aluno, afasta-os e serve para esconder a sua identidade e a sua diferença, e para desclassificar, quebrando qualquer relação, e não para aproximar, atender e cuidar;
- os alunos são retidos, reprovam e repetem o mesmo ano várias vezes (um deles repete cinco vezes o mesmo ano de escolaridade, muitos repetem três vezes) e tudo se agrava;
- na transição do 1º para o 2º ciclo os problemas acentuam-se sempre;
- os alunos e as suas famílias vão sendo sistematicamente culpabilizados pelo insucesso na escola, pois não aproveitam nem as imensas oportunidades que a escola lhes oferece, nem as suas próprias capacidades;

- diante dos crescentes comportamentos disruptivos, a escola pune e pune cada vez mais severamente estes alunos, com sanções e suspensões;
- os alunos desconectam da escola e das aprendizagens, faltam cada vez mais e aumenta o clima de tensão e o estado de revolta;
- estes alunos vão exercendo cada vez mais e melhor o papel que lhes é atribuído, incapazes, repetentes, malcriados, rebeldes, agindo como gente que nada tem a perder nem a ganhar;
- a escola, ao fim de várias reprovações e de muitos conflitos, encaminha estes jovens para percursos especialmente desenhados para alunos já reprovados (CEF, PIEF, Cursos Vocacionais, ...);
- progressivamente desclassificados, culpabilizados, maltratados e marginalizados, estes alunos conclui que definitivamente “a escola não é um lugar para mim” e abandona a escola em profundo conflito.

É tudo muito simples e está tudo muito naturalizado e acontece quase tudo despercebidamente: àqueles que a escola não quer, a escola faz crer que são eles que não querem a escola.

Para estas crianças que socialmente enfrentam condições de vida degradadas e humilhantes, uma instituição de socialização e de educação como é a escola, de frequência muito longa e “muito obrigatória”, quando assim age, tem de ser vista como um presente envenenado que a sociedade lhes proporciona.

Existe e está institucionalizado um modo de produção da exclusão escolar que todas as medidas de inclusão não conseguem anular e é preciso pensar bem porquê, o que se passa e como se poderia ultrapassar, dado que até hoje as soluções não foram as adequadas, pelo menos para uma franja de alunos-sujeitos-cidadãos (que ronda os 10%, em média).

Manter e tudo fazer para manter a escola no “ângulo morto” da análise constitui o maior erro diariamente repetido. A escola e a pedagogia não podem tudo, não podem anular, bem o sabemos, uma sociedade ainda tão vergonhosamente desigual e injusta, 50 anos depois de abril. Mas a escola e a pedagogia podem fazer muito mais e melhor se deixarem de catalogar, classificar e desclassificar, elencar sistematicamente as incapacidades de alguns alunos, roubando-lhes a cidadania e a sua identidade.

Será bem mais pertinente, útil e justo assumirmos isto e conversarmos sobre a exclusão escolar que se pratica (mesmo em escolas com “excelente” na avaliação externa da IGEC) e sobre eventuais programas sociocomunitários de tolerância zero face à marginalização escolar, do que continuarmos a encher os projetos educativos da retórica da inclusão, como se o palavreado fizesse o milagre da inclusão social da escola, como se a “performatividade exibicionista” das escolas fosse a nova regra de ouro ou a nova fatalidade.

Ou seja, é muito claro que o adiamento de mudanças mais estruturais do modelo de educação escolar, mormente a sua seletividade, competitividade, normalização e controlo burocrático só adia a possibilidade de a escola ser para cada um e para todos um estaleiro de revelação e promoção da humanidade única que nos habita e nos faz ser.